

Por que querer (re)descobrir a psicologia do trabalho no Brasil?¹

Marianne Lacomblez²

Universidade do Porto (Porto, Portugal)

A história da psicologia do trabalho é plural. Tudo o que se herdou foi sendo objeto de muita controvérsia no âmbito de análises que vieram permitir um melhor esclarecimento de questões deixadas em aberto, consideradas residuais ou até completamente ignoradas. Os posicionamentos críticos deram novo alento aos projetos de renovação da abordagem da experiência humana quando investida na atividade de trabalho. Na academia brasileira, vários contributos o demonstram.

Palavras-chave: Psicologia do trabalho, Epistemologia, Debates, Experiência, Atividade de trabalho.

Why do we want to (re)discover work psychology in Brazil?

The history of work psychology is plural. All that has been inherited has been subject to much controversy within the scope of analyses that have allowed a better clarification of questions left open, considered as residual or even completely ignored. Critical positions have given new vigour to the projects of renovation in the approach to human experience when invested in the activity of work. In Brazilian academia, several contributions demonstrate this.

Keywords: Work psychology, Epistemology, Debates, Experience, Work activity.

1 Em 2020, foi editado pelas Edições Octarès o livro “(Re) découvrir la psychologie du travail au Brésil” que tive o prazer de coordenar e cujos sete capítulos são da autoria de colegas brasileiros. O acolhimento pelos colegas francófonos foi dos melhores e evidenciou um real interesse por este balanço de experiências teórico-empíricas que, na verdade, são pouco conhecidas nos países europeus. A introdução que redigi para esta obra coletiva (“Pourquoi vouloir (re)découvrir la psychologie du travail au Brésil?”) procura, fundamentalmente, realçar a reflexão que os diferentes contributos me suscitaram no âmbito de uma análise das evoluções da Psicologia do trabalho. Posteriormente, pareceu-me poder constituir um ato de boa reciprocidade traduzi-la, com a ajuda de Teresa Lello e A. Rogério Leitão, para os leitores dos Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. Desejando eu fortemente que este texto dê origem também a novos debates que irão enriquecer a história desta disciplina

2 <https://orcid.org/0000-0002-3100-590X>

Em 2020, foi editado pela Octarès o livro *(Re)découvrir la psychologie du travail au Brésil* (Lacomblez, 2020),³ que tive o prazer de coordenar e cujos sete capítulos são da autoria de colegas brasileiros.

O acolhimento oferecido pelos colegas francófonos foi dos melhores e evidenciou um real interesse por esse balanço de experiências teórico-empíricas que, na verdade, são pouco conhecidas nos países europeus.

A introdução que redigi para essa obra coletiva procura, fundamentalmente, realçar a reflexão que os diferentes contributos me suscitaram no âmbito de uma análise das evoluções da psicologia do trabalho. Posteriormente, pareceu-me poder constituir um ato de boa reciprocidade traduzi-la, com a ajuda de Teresa Lello e A. Rogério Leitão, para os leitores dos *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, desejando eu fortemente que este texto dê origem também a novos debates que irão enriquecer a história desta disciplina.

As atuais psicologias do trabalho

Atualmente, a história da psicologia do trabalho é, sem dúvida, plural (Clot, 1996). Tudo o que se herdou foi sendo objeto de muita controvérsia (Lacomblez, 1986) no âmbito de análises que vieram permitir um melhor esclarecimento de questões deixadas em aberto, consideradas residuais ou até completamente ignoradas. Os posicionamentos críticos deram novo alento aos projetos de renovação da abordagem da experiência humana quando investida na atividade de trabalho. Os grupos de estudo que surgiram envolveram-se em debates epistemológicos que foram questionando categorias de análise, conceitos pré-definidos e metodologias – sobretudo quando originalmente concebidos segundo perspetivas que distinguiram entre conhecimento e ação. Foi também nesse contexto que se discutiu o contributo de Ivar Oddone et al. (1981), o qual partia da ideia de que “a extensão do imaginável é profundamente limitada pela estreiteza do possível” (p. 215): sublinhando, assim, que a abordagem de situações de trabalho nunca é mera aplicação de princípios decorrentes de uma racionalidade incontestável, mas que ela é fruto das escolhas de vários atores. Ora, isso afasta-nos, de imediato, de qualquer ambição científica que se afirme desligada “dos interesses do mundo vivido” (Habermas, 1979).

Nessa *movida*, a psicologia do trabalho que adotámos na Universidade do Porto pretende ser um instrumento de transformações do trabalho capazes de garantir o máximo bem-estar possível a quantos e quantas que aí exercem uma atividade. Compreende-se, assim, que esse projeto se fundamentará numa grande proximidade com os princípios da ergonomia da atividade. É o caso de outros colegas, muitos deles franceses, para quem essa ancoragem foi fundamental, ainda que se orientando para abordagens que pretenderam ser complementares e mais atentas ao que a relação de cada uma e de cada um com a atividade profissional exige, induz e permite.

3 Constituído pelos seguintes capítulos:

- “En quête d’une psychologie qui soit une contribution pour comprendre↔transformer les mondes du travail au Brésil: points de repères d’un projet Scientifique” (Em busca de uma psicologia que contribua para compreender↔transformar o mundo do trabalho no Brasil: pontos de referência de um projeto científico), de Milton Athayde.
- “Recherche, formation et intervention: affirmer la vie et la santé dans le travail” (Pesquisa, formação e intervenção: afirmando a vida e a saúde no trabalho), de Mary Yale Neves, Hélder Muniz, Jussara Brito Denise Alvarez, de Marcelo Figueiredo e Maristela França.
- “Une psychologie du travail et des organisations à la recherche de sa transformations” (Uma psicologia do trabalho e das organizações em busca de sua transformação), de Anísio José da Silva Araújo, Paulo César Zambroni-de-Souza e Edil Ferreira da Silva.
- “Psychologie du travail: la santé comme choix éthique” (Psicologia do trabalho: a saúde como escolha ética), Claudia Osorio da Silva.
- “Travailler dans les prisons: frontières et interfaces entre le travail des prisonniers et celui des agents pénitentiaires” (Trabalhar em prisões: fronteiras e interfaces entre o trabalho dos presos e o dos agentes penitenciários), de Vanessa Andrade de Barros.
- “Développement et caractéristiques des recherches sur le travail, les processus organisationnels, la subjectivité et la santé” (Desenvolvimento e características da pesquisa sobre o trabalho, os processos organizacionais, a subjetividade e a saúde), de Leny Sato.
- “Processus de signification dans le travail: modèle théorique-méthodologique et illustration de recherches empiriques” (Processos de significação no trabalho: um modelo teórico), de Pedro F. Bendassolli e Fellipe Coelho-Lima.

A principal componente dessa “aliança” reside, sem nenhuma dúvida, na importância dada à especificidade de cada uma das atividades analisadas. No fundo, é a expressão concreta da crítica teórica de qualquer estudo que veja na relação com o trabalho, sobretudo, a manifestação de leis comportamentais de uma dita natureza humana.

A partir daí, os encontros com os protagonistas envolvidos na atividade em questão tornam-se um imperativo não apenas ético, mas também metodológico. Encontros, debates, definições progressivas de projetos com os profissionais e os atores envolvidos, num percurso a que Ivar Oddone gostava de chamar “ação-investigação” (Vasconcelos e Lacomblez, 2005) em que o confronto de pontos de vista tem parte ativa na elaboração de uma “linguagem comum” (Re, 2013), numa recursividade da cognição de todos, já que a legitimidade dos saberes não acadêmicos na construção dos conhecimentos se torna evidente (Teiger & Lacomblez, 2013).

Nessa perspectiva, a pertinência científica, evidentemente, não depende de uma epistemologia normativa – a ciência tal como ela devia praticar-se – mas, sim, do debate entre saberes com estatutos diferentes, isto é, a ciência tal como ela é produzida e vivida. Desse modo, o rigor metodológico nunca será um argumento de autoridade e de legitimação da abordagem: o procedimento de validação do percurso e dos resultados da investigação está intimamente ligado aos momentos de intercâmbio com os atores implicados – sem nunca perder de vista o que os encontros no mundo acadêmico podem proporcionar.

Pode dizer-se que o primordial desse programa científico assenta na constatação de uma falta de visibilidade social da centralidade do trabalho na história individual e coletiva. Ora, esse fenômeno social de invisibilidade não é alheio à necessidade recorrente de melhorar as condições do emprego e do trabalho. E é a partir dessa questão que se evidencia a importância da integração das análises da atividade de trabalho num recurso circunstanciado aos reportórios conceptuais e metodológicos das outras ciências sociais e a qualquer conhecimento disponível sobre o trabalho humano. Trata-se assim de uma questão de método e não de escalas de análise cujos contributos apenas se sobreporiam.

O local de trabalho é entendido, por conseguinte, não apenas à luz de uma lógica de mercado, mas como espaço de contradições quer simbólicas quer reais. Nessa linha de pensamento, a intervenção projetada deixa de estar subordinada a preocupações de desenvolvimento económico e, assim, a análise da atividade das mulheres e dos homens é estendida para fora dos limites da empresa, a saber: em termos de efeitos do trabalho na saúde, em termos da saúde pública e até, no caso de algumas atividades, em termos de uma relação sustentável com o meio ambiente; ou, ainda, em termos do reconhecimento social da experiência profissional adquirida e enquanto elemento estruturante da identidade cultural. Isso coloca-nos, logo, no terreno da reflexão sobre um desenvolvimento humano sustentável cujo referencial procura sempre “localizar-se” (Di Ruzza et al., 2018).

Procurar noutras paragens

A perspectiva histórica inscrita na posição aqui assumida incita, naturalmente, a procurar noutras paragens e a admitir a hipótese de que, também desse modo, será possível explorar as questões ignoradas pela ou pelas psicologias do trabalho que conhecemos e partilhamos.

É verdade que, numa análise mais atenta, os projetos que alimentaram as psicologias do trabalho contemporâneas⁴ não chegam, em geral, a ultrapassar, no plano da investigação no terreno, uma forte ancoragem “eurocêntrica” e as problematizações que lhe estão inevitavelmente associadas.

⁴ Ver, entre outros, não apenas Clot (1996), citado no início deste texto, mas também três obras que se tornaram clássicas: Lévy-Leboyer e Spérandio (1987); Leplat (2007); Karnas (2009).

E são esses fundamentos empíricos que, sem sombra de dúvida, lhes conferem riqueza e solidez. No entanto, será que, ao serem *exportadas* para outros lugares do mundo, essas perspectivas não irão encontrar somente a atenção de investigadores ávidos de partilhar um pensamento mais atual? Ou será que esse encontro irá permitir um possível enriquecimento com outras histórias da psicologia do trabalho – ou mesmo *até só* do trabalho?

Foi exatamente esse o ponto de partida de uma nossa estadia em Niterói, em 2014, onde, como professora convidada da Universidade Federal Fluminense (UFF), me foi dada a oportunidade de colaborar nos trabalhos desenvolvidos por vários colegas da UFF, ao mesmo tempo que ia consolidando contactos com investigadores de outras universidades públicas brasileiras. Entender que as histórias da psicologia do trabalho podem renovar-se numa segunda leitura num local diferente constitui, também, um dos propósitos desta publicação.

Tal desafio tinha, necessariamente, de ter em conta o acolhimento privilegiado dado no Brasil a muitas das novas perspectivas avançadas por colegas, sobretudo francófonos. Os leitores irão facilmente aperceber-se de que aquilo que poderia ser entendido como entusiasmo por um ou outro desses contributos não é, de facto, pela parte dos autores dos capítulos que se seguem, uma fidelidade epistemológica incondicional, mas antes uma vontade de pôr à prova quadros conceptuais no âmbito do estudo de uma *realidade* que não esteve ligada à sua génese e aos seus desenvolvimentos. E é bem verdade que nenhum desses contributos saiu incólume. Trata-se do preço a pagar por essa “antropofagia” científica, cujos fundamentos são expostos no capítulo de Milton Athayde, que leva os nossos colegas brasileiros a “engolir” apenas o que permite construir uma abordagem mestiçada que se adequa aos seus propósitos.

Nada de “dogmatismos”, portanto. Mas antes posições de audácia. E a psicologia do trabalho, apesar das suas evoluções – ou graças a elas – precisa mesmo disso.

Uma psicologia do trabalho liberta das lógicas do mercado

Embora muitos leitores possam rever-se nas abordagens feitas pelos autores desta publicação, diferenças haverá que, provavelmente, não serão anódinas.

A história da escravatura no Brasil deixou marcas na conotação depreciativa de qualquer trabalho dependente, incluindo aquele que resulta de uma relação salarial. Esse é um elemento essencial para entender muitos aspetos do que nos relatam Milton Athayde, Leny Sato ou Pedro Bendassoli e Fellipe Coelho Lima. O “trabalho informal”, a procura de alternativas para levar a cabo atividades que permitam prover às necessidades, o prazer evidente posto no desembaraço criativo: há sempre em pano de fundo uma crítica às evoluções do mundo do trabalho “formal”, mas também um grande regozijo por conseguir viver sem tudo o que ele impõe.

É verdade que não faltam exemplos de empregadores que consideraram ter as mãos livres para gerir o trabalho humano no Brasil. E foi, seguramente, essa a dinâmica que marcou as primeiras fases do processo de industrialização do país e que gerou controvérsias que se avolumaram durante os “anos de chumbo” da ditadura militar e civil (1964-1985).

A mestiçagem científica está também aqui inscrita na determinação com que os investigadores, que realizaram trabalhos em meios urbanos ou em regiões menos industrializadas, optaram, de modo deliberado, por um projeto que tivesse em conta os “interesses do mundo vivido” e os riscos que corria a saúde de todas e todos os que exerciam uma atividade profissional.

Os textos de Mary Yale Neves, Hélder Muniz, Jussara Brito, Denise Alvarez, Marcelo Figueiredo e Maristela França, de Anísio Araújo, Paulo Zambroni-de-Souza e Edil Silva, de Cláudia Osório, e de Leny Sato revelam a importância daquilo que foi, no final da primeira fase da ditadura, uma autêntica vaga de fundo consolidada, no plano conceptual e metodológico, pelos trabalhos de

investigadores mexicanos (Laurell & Noriega, 1989) conquistados pelas potencialidades heurísticas e de intervenção das propostas definidas em Turim pela equipa de Ivar Oddone.

No entanto, a autonomia epistemológica da psicologia do trabalho, apesar de relativa, era ainda um desafio, visto que, no entendimento dos meios académicos brasileiros (e também em muitos outros lugares do mundo universitário), a psicologia do trabalho continuava a estar integrada numa “psicologia do trabalho e das organizações” – PT&O, como também se designa. Essa psicologia do trabalho era encravada, desse modo, numa área de investigação submetida ao princípio, caro à economia política neoclássica, de que qualquer questão relativa ao exercício duma atividade laboral deve ser tratada como parte da dinâmica e dos objetivos da “organização”, ou seja, da empresa que, assim, mantém no *mercado* o estatuto privilegiado de entidade principal e paradigmática na história do trabalho e das sociedades ditas modernas. Por outro lado, essa PT&O, ao pretender, no quadro pré-definido desses objetivos, caracterizar a atividade de trabalho subdimensionando a sua densidade sócio-histórica e ao tentar, no Brasil e noutros países, ascender ao estatuto de disciplina científica, colocou-se, segundo as palavras de Yves Schwartz (2011), na “zona de todos os perigos”, ou seja, na zona da “gestão das atividades humanas” quando há “branqueamento” das ligações entre saberes, administração, poderes e dominação.

Milton Athayde lembra o mal-estar que se foi gerando ao longo dos anos no mundo da psicologia do trabalho no Brasil, o que permite entender melhor a persistência e a energia investida na procura de alternativas, complementos e novas orientações, nomeadamente graças às redes de investigadores dessa psicologia social brasileira que proporcionaram a muitos a oportunidade de, mais facilmente, trazer à discussão as reflexões e interrogações suscitadas pelos estudos que desenvolviam no terreno. Sobre este ponto, Leny Sato dá-nos um relato esclarecedor da sua experiência. Na verdade, todas as contribuições confirmam a relação difícil, pelo menos insatisfatória, com uma tradição científica que, segundo Milton Athayde, começa agora a pôr-se um pouco em causa, graças aos trabalhos entretanto desenvolvidos, nomeadamente os que serão referidos nas páginas adiante.

Por trás dessas polémicas, é evidente que se discutem valores e se expõem concepções de desenvolvimento – económico, social e individual – que procuram conferir outro estatuto à vontade de repensar o futuro das pessoas, já não assente principalmente na dinâmica de um crescimento económico, mas antes num esforço de reunir condições que permitam refletir de forma diferente sobre a emancipação.

Assim, se as questões da saúde e a sua relação com o trabalho são a urdidura do conjunto dos textos apresentados, a análise dos contextos em que se desenvolvem as atividades está sempre explicitamente vinculada a uma visão crítica da organização do trabalho em causa. Isto não quer dizer que a preocupação com um aumento da capacidade produtiva seja residual: o desenvolvimento passa pela procura de modalidades de trabalho coletivo que, localizadas, permitam que cada um conceba o futuro de outra forma e reflita sobre ele mais profunda e concretamente.

A perspetiva é, sem dúvida, ambiciosa, num país-continente onde a diversidade é indissociável duma história longa e complexa e que, depois de ter regressado à democracia, passou por várias conjunturas, umas mais esperançosas que outras, e onde o presente (2019/2020) não é dos mais entusiasmantes.

Mas é, seguramente, a força desses projetos científicos, sempre em articulação com propósitos de ação e intrinsecamente assentes no conhecimento preciso do “real” do mundo do trabalho, que mantém a continuidade, o enriquecimento e até as reorientações das linhas de investigação, convocando assim as novas gerações de estudantes, investigadores e profissionais.

Entrevistas e subjetividades refletidas

A atenção atribuída ao método é um corolário da afirmação dessas equipas. Aí, o leitor irá encontrar muitas afinidades com os princípios gerais que orientam a investigação que desenvolvemos

na Universidade do Porto – o que seria de prever, dada a frequência das ações de cooperação, de há já muitos anos, com vários desses colegas brasileiros.

Há que notar, no entanto, a importância atribuída às entrevistas que, por vezes, não são acompanhadas da observação da atividade de trabalho. É claro que as *démarches* projetadas são muitas vezes afetadas pelas possibilidades que os protagonistas encontrados conseguem oferecer. E qualquer psicólogo do trabalho conhece as dificuldades que enfrenta para aceder e poder observar situações reais de trabalho. A contribuição de Anísio Araújo e dos seus colegas aprofunda a reflexão sobre essa matéria que, nos últimos anos, se tornou uma questão sensível para os investigadores das universidades do estado da Paraíba, decididos a que, na ação-investigação, não se dê a primazia à escuta psicológica – conscientes também da responsabilidade que lhes cabe quando se dá livre curso às análises críticas que podem fazer crer que existem alternativas quando, na realidade, nada garante que assim seja.

A sua postura vigilante, a vontade de evitar contradições sem fugir aos debates, permite superar uma aparente fragilidade atualizando uma polémica, sem dúvida, fundamental para a psicologia do trabalho.

Na verdade, a força heurística da entrevista, quando esta é realizada com plena consciência dos seus limites, é inegável. A provarem-no estão Denise Alvarez, Marcelo Figueiredo e Maristela França quando, no âmbito do diálogo estabelecido com operadores de plataformas petrolíferas *offshore*, quiseram sobretudo explorar a natureza polifónica da linguagem e criar uma “estranheza” a ponto de os seus interlocutores terem encontrado aí uma nova via na forma de entender a sua própria experiência.

A demonstração é convincente, pois é incontestável que os momentos de trocas verbais são suscetíveis de criar espaço para a expressão, a explicitação e o debate da análise.

Há, todavia, quem não hesite em evocar a dose de “subjetividade” que caracteriza esse tipo de intercâmbio. Recordemos que o entendimento da noção de subjetividade foi durante muito tempo marcado pela ambiguidade própria do paradigma da psicossociologia do trabalho, tal como definido pelos investigadores da Universidade de Harvard, na altura dos trabalhos que realizaram na Western Electric Company de Hawthorne, entre 1924 e 1933, trabalhos esses geralmente associados ao nome de Elton Mayo (Lacomblez & Maggi, 2000). Ao valorizarem aquilo que permitia distinguir entre a capacidade produtiva dos assalariados tal como prevista e o que cada um deles conseguia ou desejava efetivamente dar à empresa, quiseram salientar uma “lógica dos sentimentos” que dominaria o comportamento dos trabalhadores, dando lugar ao que então incluíram na categoria das “motivações”. Essa subjetividade era, portanto, essencialmente concebida com base na dita objetividade da organização do processo produtivo. Foi essa inflexão que os investigadores de Harvard toleraram na expressão do paradigma positivista no seio da empresa, deixando-o intacto no essencial relativamente à gestão da produção, em razão de uma confiança inabalável naquilo que uma suposta objetividade poderia permitir ao exercício de uma racionalidade desligada de qualquer “lógica de sentimentos”.

Essa herança prejudicou durante muito tempo as análises das condições de trabalho que recorriam às opiniões dos trabalhadores, descredibilizando-as e conferindo-lhes um estatuto secundário (Beauchesne, 1973). Porém, essa polémica tinha sido ultrapassada pela equipa de Ivar Oddone quando impôs o princípio da necessidade de estabelecer diálogo entre os vários registos de racionalidade existentes na empresa (Oddone, 1999). Mas ainda hoje não são raros os comentários críticos que perfilham a opinião negativa da subjetividade.

Os nossos colegas brasileiros revelaram-se, de facto, menos sensíveis a essas controvérsias e avançaram decididamente na análise dos processos de subjetivação. Milton Athayde recorda, aliás, com toda a pertinência, a importância que teve para ele, e para muitos dos seus colegas, o modelo da psicoterapia institucional francesa subjacente a vários trabalhos de investigação, nomeadamente à tese de doutoramento de Paulo Zambroni-de-Souza (2006). Não nos custaria avançar a hipótese de que foi esta lucidez que permitiu chamar precocemente a atenção para a evolução, cada vez maior,

das formas de gestão do trabalho que, com a intensificação e a crescente complexidade das normas de produção, acabam por subjugar e até aniquilar os tempos disponíveis para uma subjetividade refletida. O trabalho de Cirlene Christo, retomado por Milton Athayde, convence-nos, no entanto, de que em contextos extremamente degradados nesse aspeto, o risco de destruição de si próprio e dos colegas de trabalho pode gerar a força necessária para impulsionar o recurso a estratégias orientadas por valores de proteção da saúde, no seu sentido mais lato.

Os bastidores da organização produtiva

Essa atenção paciente do olhar posto em situações de trabalho que interpelam é, provavelmente, um outro fio condutor do conjunto das contribuições desta publicação: procurar para além da fachada, para além das primeiras impressões sobre aspetos mais complexos e, muitas vezes, mais preocupantes das nossas sociedades.

Nesse aspeto, o capítulo de Vanessa Barros é muito revelador, ao apresentar um balanço dos trabalhos de investigação realizados pela sua equipa no campo do “trabalho sujo”, tão difundido no Brasil, e que aqui está especificado quando aponta as linhas que definem o trabalho em ambiente prisional.

Acontece que esse “trabalho” permite que os reclusos se protejam subjetivamente, isto é, que não sucumbam à destruição da sua pessoa, embora pese o facto de essa atividade ser em regra destituída de qualquer interesse. Na atividade dos guardas prisionais, porém, o que predomina é o medo da “contaminação”: não apenas pela constatação da desvalorização social de uma profissão intimamente ligada ao “mal”, sem qualificação reconhecida, apesar da sua complexidade e penosidade, e francamente mal remunerada; mas também pelo facto de essa atividade de vigilância permanente dos detidos, a quem o trabalho prisional confere uma maior autonomia, acabar por criar uma relação de controlo mais hesitante e frágil, na tentativa de encontrar um equilíbrio precário entre a chamada de atenção constante para as regras da disciplina prisional e o risco do recurso excessivo à força e à humilhação.

Reconfigurar uma psicologia do trabalho desatenta às atividades dos “bastidores” da organização produtiva, como defende Vanessa Barros, ou não ignorar a “nanoeconomia”, expressão consagrada por Peter Kevin Spink e retomada nos trabalhos de investigação de Leny Sato, para se poder “ver” e “entender”, com uma acuidade cada vez mais ancorada, as realidades “ocultas” dentro e à volta dos locais de trabalho. Acontece que a bagagem teórica necessária exige muitas vezes a libertação de toda e qualquer “balcanização académica” (Alaluf, 2007). Vanessa Barros encontrou uma via particularmente feliz numa aliança entre a psicossociologia contemporânea e a ergologia, tendo tal perspectiva seduzido a equipa das universidades do estado da Paraíba – Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) –, como o leitor poderá constatar no capítulo de Anísio Araújo e seus colegas. Leny Sato, por sua vez, optou por um compromisso teórico “não alinhado”, revelando-se muito “prudente no recurso a abordagens teóricas que se afirmam universais e que afinal foram realizadas em contextos muito particulares”, situando-se deliberadamente na periferia do “campo ‘psi’” e na fronteira com as outras ciências sociais. A economia solidária, mas também as formas como se tecem os laços entre trabalho formal e informal no meio urbano, abrem-lhe assim muitas portas.

É, por consequência, evidente que, se dos bastidores da organização produtiva emergem novos desafios teóricos e metodológicos, isso não deixa de causar um certo desconforto epistemológico. O capítulo de Pedro Bendassoli e Fellipe Coelho Lima prova-o ao relatar o histórico da mutação conceptual que acompanhou o interesse dos autores por atividades laborais menos comuns, abandonando a prática dos grandes inquéritos sobre os significados atribuídos ao trabalho e

optando por estudos “qualitativos” no quadro duma abordagem histórico-cultural. Esse percurso teórico evidencia a complexidade subjacente a uma mudança de paradigma, pois daí emerge uma compreensão totalmente nova, segundo a qual “sentidos e significados não são nem uma espécie de ‘excedente’ cognitivo nem um material ‘subjetivo’, mas antes a própria essência dos processos operativos utilizados para transformar o real”.

E, assim, a psicologia do trabalho se vai renovando.

Transformar(-se)...

A ação de transformação, como vimos, é um objetivo comum às equipas responsáveis dos projetos a seguir apresentados.

Nalguns casos, passa por ações de formação, *Formação* como lhe chamam Mary Yale Neves e os seus colegas quando relatam a experiência de longo fôlego que levaram a cabo em colaboração com o pessoal (que incluía todas as categorias profissionais) das escolas públicas de dois estados brasileiros (Paraíba e Rio de Janeiro).

Nunca será demais sublinhar o carácter excecional dessa experiência de trabalho coletivo que, durante uma longa década, nos deixou um modelo que é hoje em dia uma referência (Brito & Neves, 2013) da articulação judiciosa das fases de estudo e de encontros e que consegue, assim, uma mudança progressiva dos conceitos de saúde, rejeitando uma única consonância centrada no sofrimento e privilegiando uma análise das condições favoráveis à (re)construção da saúde numa procura orientada para uma melhoria da vida coletiva.

Além disso, coisa rara para quem concebe a ação de formação dos atores para e pela análise da atividade de trabalho (Lacomblez et al., 2016; Teiger & Lacomblez, 2013), a questão do género, das formas de vida sexuadas dentro e fora do trabalho, é aqui assumida, e sem concessões. A forte propensão para se naturalizar a atribuição à mulher de tarefas da educação, em todas as suas formas, é um componente essencial dessa *Formação* que põe em discussão, logo aí, o modo como a lógica (informal) da divisão de tarefas e responsabilidades se desenvolve no quadro do ensino fundamental que foi analisado.

Por outro lado, a difusão desse dispositivo permitiu que o modelo de intervenção comunidade alargada de pesquisa e intervenção (Capi) se afirmasse, modelo esse que na verdade consagra a tradição assumida pelos autores dos três primeiros capítulos. Com efeito, a proximidade que tinham com a ergologia (Schwartz, 1999) levou-os a querer reformular a relação entre conceitos e experiência tal como fora inscrita no modelo da “comunidade científica alargada” proposto por Ivar Oddone e seus colegas. Acrescente-se ainda a vontade de apreender essa comunidade naquilo que ela comporta de dinâmica dialógica e entenderemos assim melhor a riqueza e a especificidade da investigação realizada na indústria petrolífera, descrita no terceiro dos referidos capítulos, que, como atrás se sublinhou, realiza uma rutura na forma de conduzir uma entrevista e que ficará seguramente na memória de muitos leitores.

Desse modo, a *transformação* abrange também a de todos os protagonistas das ações realizadas, das suas perspetivas de análise, dos seus pontos de vista. O olhar posto no trabalho dá logo conta de aspetos desconhecidos, incita a compreender a atividade em vez de a julgar com base nas aparências ou em comentários enganadores e abre caminho à elaboração de projetos mais bem definidos e de propostas de transformações mais adequadas. É por isso que em todas as investigações aqui referidas, a qualidade da escuta nutre e gera a vontade de ir sempre mais longe na definição dos projetos.

O capítulo de Cláudia Osório é um bom exemplo disso. Numa primeira fase, a sua equipa recorreu à técnica da “árvore das causas”, tendo também encontrado na análise institucional um referencial epistemológico e ético estimulante. Uma abordagem histórico-desenvolvimental veio, seguidamente, apoiar a evolução duma perspetiva que se inscreve mais abertamente na da clínica

da atividade. O *fio condutor* parte da convicção de que a experiência vivida de um “objeto” pode transformar-se em objeto de uma nova experiência vivida. O trabalhador torna-se observador e analista do seu trabalho enquanto o analista/investigador se define como instrumento do debate que se instala. O recurso à fotografia revela-se, assim, um dos mais adequados mediadores da análise.

Clarividências emancipadoras

Cláudia Osório, com base na experiência dessas intervenções que recorrem à fotografia, propõe um modelo, em sucessivas fases, que tem em conta os princípios enunciados e também as armadilhas encontradas. Trata-se dum aviso sobre as precauções a não esquecer nunca e acerca das condições que é preciso reunir para realizar esse tipo de *démarche*.

Aliás, a lucidez e a prudência na realização das investigações e nas interpretações por elas suscitadas são comuns a todos os autores desta publicação.

Encontramos, também, outro exemplo no comentário de Milton Athayde sobre o recurso à Formação nas escolas públicas, processo em que também participou ativamente. Ele chama a atenção para as limitações de se ter em conta a dimensão do género se a complexidade das “relações sociais de sexo” o não for também, ou seja, a consubstancialidade dos diferentes fatores de desigualdade social e de dominação: o género, mas também a categoria social ou a origem racial (Galerand & Kergoat, 2014). E isso porque, neste projeto, os vestígios da relação “senhor(a)/escravo(a)”, característica da formação social brasileira, incrustando-se nas relações de poder, despoletaram necessariamente problemas difíceis de superar.

A autossuficiência não tem, assim, qualquer cabimento nessas vontades de conceber uma psicologia do trabalho à medida duma realidade social, económica e política das mais complexas. É evidente que a dúvida e a vigilância subjacentes às incertezas e às reorientações não deixarão indiferente nenhum leitor francófono, já que os seus fundamentos são eco de problemáticas que lhes não são estranhas. No fundo, tal como nos diz Vanessa Barros, basta aceitar “deixarmo-nos perturbar metodicamente pelos nossos saberes constituídos e, ao mesmo tempo, pelas nossas experiências de trabalho, para tentar progredir constantemente nos dois planos”.

Nos planos da intervenção, os objetivos de “transformação” estão, desde logo, condicionados pela incomensurabilidade das dinâmicas em jogo. A modéstia é nesse contexto uma virtude necessária. No entanto, todos esses investigadores e investigadoras desejam participar no reconhecimento social das exigências da atividade laboral. E, além disso, as suas preocupações epistemológicas permitem avançar análises da relação com essa atividade que não sejam essencialmente concebidas segundo o que os quadros teóricos formatados pelas leis do *mercado* impõem.

Pode haver, portanto, outras histórias para a psicologia do trabalho, aliás, também no Brasil, já que outros grupos de investigação podiam estar representados nesta publicação. Mas importa reter sobretudo que desta “antropofagia” científica brasileira nenhuma contribuição anterior sai incólume. Em contrapartida, a mestiçagem amplia o leque das alternativas onde se integraria, de bom grado, a aposta na vontade de emancipação contida nos encontros de todos os autores deste livro com os seus protagonistas.

Referências

- Alaluf, M. (2007). Psychologie et sociologie du travail: des disciplines différentes et des trajectoires convergentes. *Psychologie du travail et des organisations*, 13(4), 77-86.
- Beauchesne, M.-N. (1973). Lutte ouvrière et conditions de travail en Italie. *Économie et Humanisme*, 213, 3-14.

- Brito, J., & Neves, M. Y. (2013). Connaître et transformer les relations entre santé et travail par la construction d'une "communauté élargie de recherche": une expérience avec des travailleurs d'écoles. In C. Teiger & M. Lacomblez (Coord.), *(Se) former pour transformer le travail: dynamiques de construction d'une analyse critique du travail* (pp. 249-254). Presses de l'Université Laval; European Trade Union Institute.
- Clot, Y. (Dir.). (1996). *Les histoires de la psychologie du travail: approche pluridisciplinaire*. Octarès.
- Di Ruzza, R., Lacomblez, M., & Santos, M. (Eds.). (2018). *Ergologia, trabalho e desenvolvimentos*. Fabrefactum.
- Galerand, E., & Kergoat, D. (2014). Consubstantialité vs intersectionnalité? À propos de l'imbrication des rapports sociaux. *Nouvelles pratiques sociales*, 26(2), 44-61. <https://www.doi.org/10.7202/1029261ar>
- Habermas, J. (1979). *La technique et la science comme idéologie*. Gallimard.
- Karnas, G. (2009). *Psychologie du travail*. Presses Universitaires de France.
- Lacomblez, M. (1986). L'analyse des motivations de l'homme au travail: archéologie d'un paradigme dominant. *Critique Régionale*, 14, 91-128.
- Lacomblez, M. (Coord.). (2020). *(Re)découvrir la psychologie du travail au Brésil*. Octarès. <https://www.octares.com/accueil/266-redécouvrir-la-psychologie-du-travail-au-bresil.html>
- Lacomblez, M., & Maggi, B. (2000). Prendre le temps de lire le temps dans les recherches de Hawthorne. In G. de Terssac & D. G. Tremblay, *Où va le temps de travail?* (pp. 49-63). Octarès.
- Lacomblez, M., Ollagnier, E., & Teiger, C. (2016). Les ergonomes peuvent-ils rester borgnes? A propos de la relation intervention-formation-genre. *Pistes*, 18, 2. <https://www.doi.org/10.4000/pistes.4829>
- Leplat, J. (Coord.). (2007). *L'analyse du travail en psychologie ergonomique*. Octarès.
- Lévy-Leboyer, C., & Spérandio, J.-C. (Eds.). (1987). *Traité de psychologie du travail*. Presses Universitaires de France.
- Laurell, A. C., & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. Hucitec.
- Oddone, I. (1999). Psicologia dell'organizzazione della salute. *Psicologia della salute*, 1.
- Oddone, I., Re, A., & Briante, G. (1981). *Redécouvrir l'expérience ouvrière. Vers une autre psychologie du travail?* Editions Sociales.
- Re, A. (2013). Une nouvelle perspective pour la compétence ergonomique dans l'analyse du travail. In C. Teiger & M. Lacomblez (Coords.), *(Se) former pour transformer le travail* (pp. 644-647). Presses de l'Université Laval.
- Schwartz, Y. (2011). *Mots, concepts, notions* [Dissertação de mestrado não publicada]. Université d'Aix Marseille.
- Teiger, C., & M. Lacomblez (Coords.). (2013). *(Se) former pour transformer le travail*. Presses de l'Université Laval.
- Vasconcelos, R., & Lacomblez, M. (2005). Redescubramo-nos na sua experiência: o desafio que nos lança Ivar Oddone. *Laboreal*, 1. <https://doi.org/10.4000/laboreal.14124>
- Zambroni-de-Souza, P. C. (2006). *O trabalho como possível: o caso das pessoas com 'transtornos mentais graves'* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Endereço para correspondência
lacomb@fpce.up.pt

Recebido em: 05/04/2023
Aprovado em: 05/04/2023

